

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC EIXO NORTE

ANEXO III.E – REGULAMENTO DA CONCESSÃO

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC EIXO NORTE

Com fundamento na Lei Estadual nº 9.361, de 05 de julho de 1996 (artigo 11), que estabelece, dentre outros temas, a necessidade de formalizar o regulamento específico a ser observado pela CONCESSIONÁRIA, atendendo às disposições aplicáveis do Decreto Federal nº 1.832, de 04 de março de 1996, que aprovou o Regulamento dos Transportes Ferroviários, bem como da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos da administração pública, fica estabelecido este Regulamento, com o objetivo de disciplinar a Concessão da prestação do serviço público de transporte de passageiros, incluindo os Serviços Linha 7, TIM e Expresso, todos integrantes do Projeto TIC EIXO NORTE e definidos nos termos do Contrato.

REGULAMENTO DA CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS
SOBRE TRILHOS DO PROJETO TIC EIXO NORTE

CAPÍTULO I
DO OBJETIVO

Art. 1º Este Regulamento tem por objetivo disciplinar, complementarmente ao Contrato e aos seus anexos, a prestação do serviço público de transporte de passageiros sobre trilhos do Projeto TIC EIXO NORTE.

§1º Estão contemplados dentre os serviços objeto da Concessão o Serviço Expresso, o Serviço Linha 7 e o Serviço TIM.

Art. 2º O disposto neste Regulamento não impede a previsão de regras específicas para regular o Serviço Expresso.

§1º O Serviço Expresso possui caráter seletivo ou especial, sendo prestado paralelamente aos serviços regulares, em especial o Serviço Linha 7 e o Serviço TIM, nos termos do artigo 39 da Lei Federal nº 10.741/2003 e da Resolução STM [•].

§ 2º O disposto no *caput* aplica-se, dentre outros temas, aos seguintes: (i) reserva de assentos; (ii) desistências, cancelamentos e indenizações cabíveis; (iii) transporte de bagagens e outros volumes; (iv) venda, emissão e funcionamento de títulos de viagem; (v) acessos aos trens; (vi)

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC EIXO NORTE

transporte de animais e bicicletas; (vii) gratuidades; (viii) integração; (ix) velocidade e paradas de trens; e (x) horário de funcionamento de estações.

§3º A CONCESSIONÁRIA apresentará ao Poder Concedente, para homologação, política de viagem relativa ao Serviço Expresso, com detalhamento dos direitos e deveres específicos dos passageiros do Serviço Expresso, conforme previsto no Contrato.

CAPÍTULO II
DA CONCESSÃO

Art. 3º O objeto da Concessão compreende:

I – implantação da infraestrutura, intervenções de requalificação, ampliação, adequação e modernização, conforme detalhado no Contrato e seus anexos, compreendendo as obras civis, a instalação de via permanente e de sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, a aquisição de material rodante e demais ações necessárias para permitir a adequada prestação dos serviços objeto da Concessão;

II – operação comercial do TIC EIXO NORTE, incluindo suas extensões e incorporações;

III – manutenção e conservação de todos os bens integrantes da Concessão, em conformidade com as especificações e com os padrões definidos no Contrato e seus anexos;

IV – implantação de melhorias nos bens integrantes da Concessão, visando manter seus níveis de qualidade, garantir o cumprimento dos indicadores de desempenho, e, ainda, assegurar sua permanente atualidade e modernidade, nos termos do Contrato;

VI – empreendimentos que envolvam a realocação das atividades da CPTM desenvolvidas no Pátio da Lapa e Pirituba, voltadas à administração, logística, manutenção de equipamentos, telecomunicações e controle, visando liberar a infraestrutura para dedicação exclusiva à Concessão, nos termos dos anexos do Contrato;

VII – realização de investimentos adicionais, nos termos do Contrato, condicionada à formalização do respectivo termo aditivo;

VIII – se assim determinado pelo Poder Concedente, a operação e a manutenção de eventual

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC EIXO NORTE

expansão futura dos serviços objeto da Concessão em trechos que se caracterizem como prolongamento e revisão do traçado do TIC EIXO NORTE, nos termos do Contrato;

X – exploração de negócios de natureza diversa que possam constituir fonte de receitas acessórias;

XI – obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto da Concessão; e

XII – elaboração dos projetos necessários, obtenção de autorizações, licenças e/ou permissões exigidas para execução das atividades previstas no objeto da Concessão.

Art. 4º O prazo da Concessão será de 30 (trinta) anos, iniciando-se a partir da Declaração de Início do Prazo da Concessão, que será emitida após a verificação do cumprimento das obrigações das partes previstas na Fase Preliminar do Projeto TIC EIXO NORTE, nos termos do Contrato e seus anexos.

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES DA CONCESSIONÁRIA

Art. 5º São deveres da CONCESSIONÁRIA, durante o prazo da Concessão, dentre outros previstos no Contrato e na legislação pertinente:

I – prestar serviço adequado a todos os usuários;

II – cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e contratuais do serviço concedido;

III – zelar pela integridade dos bens integrantes da Concessão e pelo meio ambiente;

IV – obter tempestiva e regularmente todas as licenças, autorizações, permissões, dentre outras exigências necessárias descritas no Contrato;

V – manter em dia o inventário e o registro dos bens integrantes da Concessão;

VI – fornecer ao Poder Concedente todos e quaisquer documentos e informações pertinentes à Concessão, inclusive contratos e acordos de qualquer natureza firmados com terceiros, franqueando acesso amplo e irrestrito à fiscalização e à realização de auditorias;

VII - manter regularmente escriturados os seus livros e registros contábeis e organizados os arquivos, documentos e anotações; e

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC EIXO NORTE

VIII - cooperar e apoiar no desenvolvimento das atividades de acompanhamento e de fiscalização do Poder Concedente, nos termos do Contrato.

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DO PODER CONCEDENTE

Art. 6º Incumbe ao Poder Concedente, dentre outros direitos e obrigações previstos no Contrato:

- I - regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;
- II - modificar unilateralmente as disposições regulamentares do serviço, para melhor adequação ao interesse público, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;
- III - fixar e rever as tarifas públicas do Serviço Linha 7 e do Serviço TIM e fixar e rever a tarifa teto do Serviço Expresso;
- IV - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e as cláusulas do Contrato;
- V - estimular a eficiência do serviço e a modicidade das tarifas;
- VI - zelar pela boa qualidade do serviço, receber e apurar queixas e reclamações dos usuários;
- VII - estimular a associação dos usuários para a defesa de seus interesses relativos ao serviço, inclusive para sua fiscalização;
- VIII - intervir na prestação do serviço, retomá-lo e extinguir a concessão, nos casos e nas condições previstos em Lei e no Contrato;
- IX - assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, preservando os direitos do Poder Concedente, da CONCESSIONÁRIA e dos usuários;
- X - aplicar as penalidades legais e contratuais.

CAPÍTULO V

DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DOS PASSAGEIROS

Art. 7º Os passageiros têm direito à adequada prestação dos serviços, devendo a

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC EIXO NORTE

CONCESSIONÁRIA e seus agentes observarem as seguintes diretrizes:

- I – urbanidade, respeito, acessibilidade e cortesia no atendimento aos passageiros;
- II – presunção de boa-fé dos passageiros;
- III – atendimento por ordem de chegada, asseguradas as prioridades legais às pessoas com deficiência, aos idosos, às gestantes, às lactantes e às pessoas com crianças de colo, ressalvados os casos de urgência;
- IV – adequação entre meios e fins, vedada a imposição de exigências, obrigações, restrições e sanções não previstas na legislação;
- V – igualdade no tratamento aos passageiros, sendo vedado qualquer tipo de discriminação;
- VI – cumprimento de prazos e normas procedimentais;
- VII – definição, publicidade e observância de horários e normas compatíveis com o bom atendimento aos passageiros;
- VIII – adoção de medidas visando à proteção à saúde e à segurança dos passageiros;
- IX – autenticação de documentos pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo passageiro, vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade;
- X – manutenção de instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento;
- XI – eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido;
- XII – observância dos códigos de ética ou de conduta aplicáveis a todas as categorias de agentes envolvidos na prestação dos serviços;
- XIII – aplicação de soluções tecnológicas que visem simplificar processos e procedimentos de atendimento ao passageiro e propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações, nos termos do Contrato;
- XIV – utilização de linguagem simples e compreensível, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC EIXO NORTE

XV – vedação da exigência de nova prova sobre fato já comprovado em documentação válida apresentada.

Art. 8º São direitos básicos dos passageiros:

I – receber serviço adequado;

II – receber do Poder Concedente e da CONCESSIONÁRIA informações para a defesa de interesses individuais e coletivos relativos aos serviços prestados;

III – levar ao conhecimento do Poder Concedente e da CONCESSIONÁRIA as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes aos serviços prestados;

IV – comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela CONCESSIONÁRIA na prestação dos serviços;

V – participar do acompanhamento da prestação e da avaliação dos serviços, na forma da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, deste Regulamento e do Contrato;

VI – obter e utilizar os serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação, observadas as normas do Poder Concedente;

VII – acessar, por meio da ouvidoria, informações relativas à sua pessoa, observado o disposto no inciso X do artigo 5º da Constituição Federal e na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

VIII – ter resguardada a proteção de suas informações pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; e

IX – obter informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação dos serviços, assim como sua disponibilização na internet, especialmente sobre:

a) horário de funcionamento da prestação dos serviços;

b) acesso à ouvidoria; e

c) valor das tarifas cobradas pela prestação dos serviços.

Art. 9º São deveres do passageiro:

I – utilizar adequadamente os serviços, com urbanidade e boa-fé;

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC EIXO NORTE

II – prestar informações tidas como necessárias e que sejam pertinentes aos serviços, quando solicitadas;

III – colaborar para a adequada prestação dos serviços;

IV – contribuir para a conservação das boas condições dos bens públicos afetados por meio dos quais lhes são prestados os serviços; e

V – pagar tarifa.

Art. 10 O Poder Concedente, assim como a CONCESSIONÁRIA, estimulará a participação da comunidade em assuntos de interesse dos serviços.

Art. 11 Sem prejuízo de outras formas previstas na legislação, a participação dos passageiros no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços será feita por meio de Conselhos de Passageiros, nos moldes do artigo 18, da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e do Contrato.

CAPÍTULO VI

DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO ATENDIMENTO AO PRESENTE REGULAMENTO

Art. 12 A prestação dos serviços e o atendimento ao disposto no presente Regulamento estão sujeitos à fiscalização do Poder Concedente, nos termos do Contrato.

Art. 13 No prazo de 90 (noventa) dias contados da data da publicação deste Regulamento, deverá ser constituída a comissão referida no artigo 36 da Lei Estadual nº 7.835, de 8 de maio de 1992.

§1º O Secretário dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo designará os representantes do Poder Executivo e dos Usuários que participarão da comissão.

§2º O Governador do Estado solicitará, mediante convite, a indicação de representante do Poder Legislativo, para integrar a referida comissão.

CAPÍTULO VII

DA REMUNERAÇÃO

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC EIXO NORTE

Art. 14 Constituem a remuneração da CONCESSIONÁRIA:

I - a tarifa do Serviço Expresso, estabelecida pela CONCESSIONÁRIA, respeitando a tarifa teto fixada no contrato;

II – contraprestação pecuniária, nos termos do contrato e anexos, pela prestação dos Serviços Linha 7 e TIM;

III – outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias, ou de projetos associados, inclusive a exploração de “naming rights”, nos termos definidos no contrato.

CAPÍTULO VIII
DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONCEDIDO

SEÇÃO I
GENERALIDADES

Art. 15 O serviço será prestado em conformidade com as políticas do Poder Concedente relativas ao transporte coletivo metroferroviário.

SEÇÃO II
DO SERVIÇO DE TRANSPORTE

Art. 16 O serviço público de transporte de passageiros será prestado, conforme estabelecido neste Regulamento, aos passageiros portadores de títulos de viagem válidos e que tenham passado pelos bloqueios, observadas as disposições do Contrato e deste Regulamento.

Art. 17 A CONCESSIONÁRIA manterá, nas estações, informações escritas e comunicação auditiva para orientação dos passageiros.

Art. 18 O sistema de sonorização será utilizado para emissão de mensagens exclusivamente operacionais, de caráter informativo, educativo ou orientações de segurança, vedada a promoção de marcas, produtos e pessoas.

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC EIXO NORTE

Art. 19 Na forma prevista no Contrato e na legislação em vigor no momento da prestação dos serviços, a CONCESSIONÁRIA oferecerá aos passageiros os serviços em integração com o prestado por outras operadoras de transporte.

Art. 20 A CONCESSIONÁRIA manterá os serviços abertos ao público ao longo dos horários estabelecidos no Contrato, com parada dos trens em todas as estações operacionais, mantendo visíveis as informações sobre horários e circulação dos trens e observando as determinações do Poder Concedente.

Art. 21 A CONCESSIONÁRIA deverá estabelecer horários especiais de funcionamento para atender, nos municípios abrangidos pelos serviços, a eventos geradores de alta demanda, sejam eles programados ou eventuais, assim como quando do estabelecimento de programação operacional de horários especiais da CPTM para sua operação, decorrentes de situações similares.

SEÇÃO III
DA UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE

Art. 22 A CONCESSIONÁRIA deverá manter canais de relacionamento com os passageiros, bem como manter em local visível os respectivos modos de acesso, inclusive os disponibilizados pelo Poder Concedente.

Art. 23 A CONCESSIONÁRIA deverá instituir, manter e divulgar ao público a existência de um serviço de Achados e Perdidos, não sendo este integrado ao serviço das demais Concessionárias da rede metroferroviária.

Art. 24 Os objetos encontrados nos trens e dependências vinculados à prestação dos serviços, ou entregues para empregados da CONCESSIONÁRIA, serão de responsabilidade desta, que providenciará seu armazenamento, controle, devolução ao passageiro, ou destinação ao Fundo Social de Solidariedade, ou a entidade de assistência e desenvolvimento social reconhecida pelo Poder Concedente.

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC EIXO NORTE

Art. 25 As crianças até 5 (cinco) anos poderão se utilizar dos serviços somente quando acompanhados de pessoa responsável por sua segurança.

SEÇÃO IV
DO PASSAGEIRO

Art. 26 A entrada ou permanência, nas dependências da prestação dos serviços, será interditada a pessoas que possam causar perigo, incômodo ou prejuízos à continuidade dos serviços, tais como:

- I – Portadoras de armas de fogo, carregadas ou não, ou armas brancas, exceto militares, policiais em serviço ou pessoas com licença para porte de armas;
- II – Portadoras de materiais inflamáveis ou explosivos, radioativos ou corrosivos; e
- III – Embriagadas ou intoxicadas por álcool ou outras substâncias.

Art. 27 É vedado aos passageiros, nos trens e demais dependências vinculadas à prestação dos serviços:

- I – praticar qualquer ato do qual resulte embarço aos serviços, ou que possa acarretar perigo ou acidente;
- II – embarcar ou desembarcar após o início da sinalização sonora de fechamento iminente das portas, impedir a abertura ou o fechamento das portas, estacionar ou apoiar-se nelas;
- III – acionar ou usar, indevidamente, qualquer equipamento nas dependências das estações e no interior dos vagões dos trens;
- IV – acionar alarme, com utilização ou não dos dispositivos de emergência, exceto em situações justificáveis;
- V – fazer funcionar rádios ou outros aparelhos que possam emitir sons;
- VI – infringir a sinalização;
- VII – impedir ou tentar impedir a ação de empregado da CONCESSIONÁRIA, no cumprimento de seus deveres funcionais;

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC EIXO NORTE

- VIII – ingressar, sem autorização, nos locais não franqueados aos passageiros;
- IX – viajar em lugar não destinado aos passageiros;
- X – fumar, manter cigarro ou similar aceso, acender fósforo ou isqueiro;
- XI – colocar os pés nas paredes das estações, bancos e laterais dos carros;
- XII – quebrar, danificar, sujar, escrever, desenhar nas instalações e equipamentos vinculados à prestação dos serviços;
- XIII – cuspir ou atirar detritos de qualquer natureza nas vias, nos trens e nas estações;
- XIV – efetuar transporte de objetos com dimensões superiores a 1,5 x 0,6 x 0,30 metros ou que necessitem mais de uma pessoa para efetuar o transporte;
- XV – efetuar transporte de bicicletas, inclusive as bicicletas dobráveis, independentemente de suas dimensões, exceto nos dias, horários e locais permitidos, ou, a qualquer momento, como volumes transportados, quando em embalagens/capa;
- XVI – fazer uso de “skates”, patins, patinetes ou similares, sendo, no entanto, permitido o seu transporte como volume, desde que embalado, em mãos ou em mochila;
- XVII – colocar cartazes, anúncios e avisos, apregoar, expor ou vender qualquer espécie de mercadoria ou serviços, salvo quando houver autorização da CONCESSIONÁRIA, e nos locais por esta previamente determinados;
- XVIII – arremessar objetos de qualquer natureza;
- XIX – usar de linguagem licenciosa, desrespeitosa ou ofensiva a qualquer pessoa;
- XX – proceder inconvenientemente ou de modo a molestar, assediar sexualmente, ou importunar ou prejudicar o sossego e a tranquilidade dos passageiros;
- XXI – transportar animais em desacordo com previsto na Lei Estadual nº 16.930 de 24 de janeiro de 2019, exceto cão-guia em treinamento ou acompanhando pessoa com deficiência visual; e
- XXII – pedir esmolas.

CAPÍTULO VIII

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC EIXO NORTE

DOS TÍTULOS DE VIAGEM

SEÇÃO I

DO INGRESSO NA ÁREA PAGA DAS ESTAÇÕES

Art. 28 Em todas as estações haverá, pelo menos, um ponto de venda de títulos de viagem, aberto durante todo o período de funcionamento dos serviços, onde estarão afixadas informações relativas às tarifas praticadas.

Art. 29 Será considerado sem valor o título de viagem que não puder ser identificado pelo equipamento ou outro meio existente para tal fim.

Art. 30 O título de viagem considerado sem valor será tratado de acordo com as instruções do Poder Concedente.

Art. 31 Em caso de título de viagem recusado, a CONCESSIONÁRIA direcionará o passageiro para substituição na bilheteria da estação, ou outra forma que vier a ser estabelecida para a comercialização do título de viagem.

Art. 32 Ocorrendo a apreensão de título de viagem falso, a CONCESSIONÁRIA tomará, em face do portador, as medidas legais cabíveis.

SEÇÃO II

DAS GRATUIDADES

Art. 33 A CONCESSIONÁRIA garantirá acesso ao serviço regular de transporte àquele que tenha direito a transporte gratuito, nos termos da legislação e normas vigentes.

SEÇÃO III

DA LIBERAÇÃO DE BLOQUEIOS

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC EIXO NORTE

Art. 34 Quando ocorrerem motivos que comprometam a segurança pública, ou quando houver falha no Sistema de Controle de Arrecadação de Passagens, a CONCESSIONÁRIA liberará os bloqueios para entrada de passageiros e providenciará os devidos registros da ocorrência.

CAPÍTULO IX
SEGURANÇA DO TRANSPORTE

SEÇÃO I
DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 35 Para atender ao disposto no Decreto Federal nº 1.832, de 04 de março de 1995, a CONCESSIONÁRIA organizará e manterá Corpo de Segurança Operacional próprio, que atuará em todas as estações, subestações, pátios e trens utilizados para a prestação dos serviços, adotando medidas de natureza técnica, administrativa, de segurança e educativa, destinadas a:

- I – preservar o patrimônio vinculado aos serviços;
- II – garantir a regularidade e a normalidade do tráfego;
- III – resguardar a incolumidade e comodidade dos passageiros;
- IV – prevenir acidentes;
- V – conservar e manter as condições de higiene; e
- VI – assegurar o cumprimento da ordem em suas dependências.

SEÇÃO II
DO CORPO DE SEGURANÇA E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 36 A CONCESSIONÁRIA organizará e manterá Corpo de Segurança Operacional próprio, com a missão de cumprir, no que couber, as disposições dos artigos 54 a 57 do Decreto Federal nº 1.832, de 04 de março de 1995 (Regulamento do Transporte Ferroviário) e as disposições operacionais contidas nas normas referentes ao sistema metroferroviário e nos anexos ao Contrato.

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC EIXO NORTE

Art. 37 Para o exercício de suas funções, o Corpo de Segurança Operacional deverá receber curso básico de habilitação e treinamentos específicos de atualização operacional.

Art. 38 O Corpo de Segurança Operacional atuará em todas as áreas de serviço e dependências integrantes da área da concessão, especialmente em suas estações, subestações, linhas, pátios, oficinas e trens direta e indiretamente administrados pela CONCESSIONÁRIA.

Art. 39 Os equipamentos utilizados pelo Corpo de Segurança Operacional, cuja finalidade básica é garantir a segurança dos passageiros e dos empregados na prestação dos serviços, deverão ser aprovados pelo Poder Concedente, diretamente ou através de prepostos especialmente designados.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40 A CONCESSIONÁRIA somente poderá operar em desconformidade com este Regulamento em emergências resultantes de força maior ou caso fortuito, nos termos definidos no Contrato, devidamente identificados e justificados.

Art. 41 A CONCESSIONÁRIA poderá propor ao Poder Concedente revisão das normas e procedimentos de que trata este Regulamento.

Art. 42 A implementação das normas e procedimentos referidos no art. 41 somente ocorrerá após não objeção do Poder Concedente.

Art. 43 Extinta a Concessão objeto deste Regulamento, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do TIC EIXO NORTE, transferidos à CONCESSIONÁRIA ou por ela implantados, no âmbito da concessão, na forma prevista em lei e no contrato.

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP – TIC EIXO NORTE

Art. 44 Fica delegada ao Secretário dos Transportes Metropolitanos a competência para disciplinar, no que couber, a aplicação deste Regulamento e detalhar as diretrizes específicas do procedimento licitatório a que se refere o presente Regulamento.

MINUTA